

O ENSINO DA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS

Gerlaine Pereira Rocha¹
Naira Christofolletti Silveira²

Eixo Temático: Novos rumos da catalogação.

Resumo: Os cursos brasileiros de Biblioteconomia passaram por diversas fases e tiveram seu início com a criação do primeiro curso na Biblioteca Nacional, em 1911. Desde então, ocorreram muitas mudanças curriculares, atualmente são as Diretrizes Curriculares Nacionais que direcionam a elaboração de um currículo. A partir destas Diretrizes, o currículo do curso de bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro foi reformulado, entre várias mudanças curriculares, destaca-se a alteração nas disciplinas da área de Representação Descritiva. Investiga-se a visão dos alunos sobre essas alterações. Acredita-se que estudos que abarcam tanto alunos, como professores e profissionais fornecerão uma visão complexa sobre o ensino até a atuação profissional.

Palavras-chave: Representação Descritiva. Ensino. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Abstract: Brazilian Library Courses passed through several stages and had its beginning with the creation of the first course at the National Library, in 1911. Since then, there have been many curriculum changes, now the National Curriculum Guidelines that drive the development of a curriculum. From these Guidelines, the curriculum of the Bachelor in Library Science from the Federal University of the State of Rio de Janeiro has been reworked, among several curriculum changes, there is a change in the disciplines of Descriptive Representation. Investigates students' views about these changes. It is believed that studies that include students, teachers and professionals will provide a complex view on education to professional practice.

Keywords: Descriptive Representation. Education. Federal University of the State of Rio de Janeiro.

Resumen: Los Cursos de Bibliotecología brasileños han pasado por varias etapas y tuvieron su inicio con la creación del primer curso en la Biblioteca Nacional, en 1911. Desde entonces, ha habido muchos cambios en el currículo, son actualmente las Directrices Curriculares Nacionales que impulsan el desarrollo de un plan de estudios. A partir de estas Directrices, el plan de estudios del curso de Bibliotecología de la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro se ha cambiado mucho las disciplinas de la Representación Descritiva. Investiga las opiniones de los estudiantes sobre estos cambios. Se cree que los estudios que incluyen tanto los estudiantes como los profesores y profesionales proporcionará una visión compleja de la educación a la práctica profesional.

Palabras clave: Representación Descritiva. Educación. Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro.

¹ Contato: <gerlaine.rocha@gmail.com>. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

² Contato: <naira_csilveira@yahoo.com.br>. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

Os cursos de Biblioteconomia do Brasil passaram por diversas fases desde o primeiro curso brasileiro criado na Biblioteca Nacional, em 1911 (WEITZEL, 2009), até a mudança mais recente que determina a fase atual: a aprovação em 2001 das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia, a partir da sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996).

Para atender à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) constituiu-se em 1997 um Grupo de Trabalho para a Reformulação Curricular do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que desenvolveu seus trabalhos até o ano de 2010, publicando como resultado o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia instituindo assim a última mudança no currículo do Curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010).

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a percepção dos alunos frente as últimas mudanças curriculares que envolveram a área de Representação Descritiva no curso de bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), assim como coletar contribuições para a atualização dos programas das novas disciplinas.

Acredita-se que o aluno possa contribuir com a construção da ementa das disciplinas ao aproximar o ensino acadêmico da atuação profissional, pois muitos fazem estágio ou já possuem experiências práticas. Discussões relativas ao currículo e ao conteúdo das disciplinas ministradas instigam o aluno a refletir sobre a área de Representação Descritiva e sobre sua própria formação.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

O primeiro curso para o ensino de Biblioteconomia criado no Brasil foi o da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em 1911, porém a primeira turma apenas iniciou seus estudos em 1915, por falta de candidatos às vagas nos anos anteriores. Este curso tinha inicialmente o propósito de formação de profissionais para atuarem na própria Biblioteca Nacional (BN), visto que as disciplinas ministradas eram divididas conforme as seções da Biblioteca e deveriam ser ministradas pelos chefes de cada seção (WEITZEL, 2009).

Castro (2000) afirma que estas disciplinas se desdobravam ainda em cinco matérias, sendo uma delas a de Catalogação. Através das disciplinas ministradas pode-se observar a forte influência francesa da *École Nationale des Chartes* na formação, de cunho mais humanista (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009).

O curso da BN sofreu várias alterações, a primeira delas foi sua “suspensão” em 1922 com a criação do “Curso Technico” no Museu Histórico Nacional para a formação de profissionais para atuarem tanto no próprio Museu, quanto na BN e no Arquivo Nacional, que, entretanto, não chegou a ser realizado de fato (CASTRO, 2000).

O curso da BN voltou a funcionar apenas em 1931, com algumas alterações nas disciplinas e em sua duração, mas ainda sob influência humanista europeia (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009).

Em 1944 sofreu nova reforma, passou a ser ofertado em três níveis: Fundamental, Superior e Cursos Avulsos de Biblioteconomia (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010), a partir de então percebe-se no ensino a influencia do tradicional tecnicismo norte-americano, que prevalecerá no ensino de Biblioteconomia no Brasil. Nota-se ainda que a partir da retomada ao curso em 1931 houve uma mudança na visão da formação dos profissionais, que não seriam mais formados apenas para exercer a função dentro da BN, mas estariam aptos a atuar em outros tipos de bibliotecas (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009).

Uma nova e última mudança ocorreu no curso da Biblioteca Nacional, em 1962, estabelecendo a sua duração em três anos e a inclusão de novas disciplinas, além da elevação do curso para Nível Superior (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010).

Conforme Mueller (1985), o segundo curso de Biblioteconomia criado no Brasil foi em São Paulo, em 1929, pelo então Instituto Mackenzie. Onde se observa o início da influência tecnicista norte-americana no ensino de Biblioteconomia no Brasil e também o início de uma preocupação com o tratamento dos documentos com vistas ao acesso e à recuperação. Este curso durou até 1935, quando deu lugar a um novo curso criado pela Prefeitura de São Paulo. Em 1939, entretanto, a Prefeitura retirou seu apoio e em 1940 o curso ressurgiu anexo à Escola Livre de

Sociologia e Política (hoje FESP – Fundação Escola de Sociologia e Política), onde firmou-se e expandiu seu conteúdo sob a orientação norte-americana.

Muitos brasileiros, através da concessão de bolsas, iam de outros estados do país para cursar Biblioteconomia tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, e assim retornavam aos seus estados e fundavam cursos ou escolas. Dessa forma o Ensino de Biblioteconomia foi se expandindo pelo Brasil. Mais tarde, com a expansão do ensino superior no país, houve o ensejo da incorporação desses cursos e escolas às universidades para que estes se desenvolvessem.

Segundo Santos (1998), em 1962 a profissão de bibliotecário(a) foi elevada a condição de nível superior a partir da homologação da Lei n.º 4.084, de 30 de junho de 1962, a qual dispõe sobre a profissão e regulamenta seu exercício. A partir de então é necessário que seja cursado o ensino superior em Biblioteconomia em instituições de ensino devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) para que a profissão seja exercida. Neste mesmo ano o Conselho Federal de Educação (CFE), órgão subordinado ao MEC, através do Parecer n.326, fixou a duração dos cursos e um primeiro currículo mínimo que “é a denominação dada a uma relação de matérias (assuntos) descritas mediante ementas, cujo conteúdo deve constituir o cerne dos programas de formação profissional”. (MUELLER, 1988, p. 71).

Entretanto, segundo Mueller (1988), em 1982 o CFE determinou a mudança do currículo anteriormente vigente nos cursos de Biblioteconomia existentes no Brasil, determinando um novo currículo mínimo e fixando o ano de 1985 como prazo máximo para que os cursos brasileiros implantassem novos currículos plenos (programas de ensino de cada escola) a partir do conteúdo do currículo mínimo determinado pelo CFE. Apesar de a duração mínima de horas/aula ser também determinada pelo CFE/MEC, as escolas tinham liberdade para distribuir as cargas horárias para cada disciplina conforme lhes fossem conveniente.

Tal mudança do currículo mínimo ocorreu graças a uma insatisfação das escolas de Biblioteconomia que, após uma reunião da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEDB), apresentou uma proposta ao CFE no início de 1981 de um novo currículo mínimo, e então em 1982 o CFE aprovou o currículo proposto ainda que fazendo algumas alterações.

Mueller (1985) destaca que dentre as disciplinas dominantes nos currículos plenos advindos do primeiro currículo mínimo, em proporção dada sobre o total de disciplinas oferecidas, as advindas da Catalogação e classificação ocupavam 22,8% de todo o currículo pleno, o que representava a maioria das disciplinas comparando-se às demais, destacamos aqui, portanto, a importância que tais disciplinas alcançaram. Entretanto, Mueller (1985) também afirma que o ensino de tais disciplinas de cunho técnico foi alvo de muitas críticas, pois seus conteúdos programáticos e métodos de ensino eram excessivamente pautados na aquisição de prática no uso de tabelas e normas, assim como se criticavam as cargas horárias dedicadas a disciplinas que enfatizavam esses aspectos.

O currículo mínimo estabelecido em 1982 era composto por matérias subdivididas em três grupos, conforme Mueller (1988) nos aponta: Matérias de fundamentação geral, Matérias instrumentais e Matérias de formação profissional.

A partir da década de 1990 muitas mudanças ocorreram que vieram a modificar também a profissão de bibliotecário(a), como apontam Oliveira, Carvalho e Souza (2009): o novo paradigma da “informação”, novas e revolucionárias tecnologias se expandindo e surgindo (de comunicação, por exemplo, e a própria internet) e uma ênfase no acesso à informação e ao conhecimento até então não vistos anteriormente. Essas e outras mudanças ampliaram o campo de atuação do profissional bibliotecário, mas também foi preciso que o ensino se adaptasse e se ampliasse às novas possibilidades do mercado de trabalho.

A partir da sanção da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) os cursos universitários de graduação tiveram que seguir às Diretrizes Curriculares Nacionais³ (DCN) estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. Em 2001, para as novas exigências de formação, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia, que determinam competências e habilidades para os graduados.

Souza (2002), conforme as definições curriculares, diz que quanto ao perfil dos formandos os egressos do curso de Biblioteconomia deverão ser capazes de atuar junto a instituições como: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc. E quanto aos conteúdos curriculares esses devem se distribuir em

³ Definem não mais os conteúdos mínimos como os currículos mínimos, mas sim objetivos, características e duração a serem seguidos pelos cursos de graduação.

conteúdos de formação geral – envolvem elementos teóricos e práticos e têm por objetivo o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos – e em conteúdos de formação específica – têm caráter terminal, constituem o núcleo básico de formação. “Recomenda-se ainda que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação de seus conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural” (SOUZA, 2002, p. 9). Há ainda diretrizes para estágios e atividades complementares, para a estrutura do curso em si: em sistema de créditos ou modular etc., e para a avaliação institucional, porém não convém para este trabalho explorar tais itens.

A partir de então a maioria dos cursos de Biblioteconomia passa a se esforçar para a implantação de novos currículos. É importante destacar ainda que a partir de então os currículos não são mais responsabilidade de um órgão exterior como o CFE, por exemplo, mas sim de cada instituição de ensino.

Apesar de todos os esforços empreendidos até então para tornar o currículo de Biblioteconomia menos tecnicista, o que se percebe é que não houve modificações aparentes nas disciplinas técnicas, como a classificação e a catalogação, por exemplo, pelo contrário, estas se mantêm até hoje nos cursos, o que foi feito para que tal mudança ocorresse foi a introdução de disciplinas de caráter humanístico.

2.1 O ENSINO DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NO BRASIL

Baptista menciona que “a catalogação, entendida como atividade típica de biblioteca, foi desde logo incluída nos currículos como disciplina obrigatória dos cursos de Biblioteconomia” (BAPTISTA, 2006, p. 2) apesar de esta atividade prática ter antecedido o seu ensino enquanto disciplina curricular. Conforme apresentado no quadro 1.

Curso/Currículo/Diretrizes curriculares	Conteúdos	Ano
Biblioteca Nacional	<i>Catalogação, arrumação dos livros e preparo para a catalogação, o bilhete sistemático, a ficha, o catálogo, fontes de informação e repertórios como matérias da disciplina de Bibliografia</i>	1911
Instituto Mackenzie	Catalogação como disciplina independente	1929
Biblioteca Nacional	Ainda como matéria de Bibliografia	1931

Curso de Biblioteconomia da Prefeitura de São Paulo	Também como disciplina independente	1935
Curso de Biblioteconomia anexo à Escola de Sociologia e Política de São Paulo	<i>Catálogo destinada a capacitar o aluno a catalogar vários tipos de livros. Estudavam-se códigos e tabelas e a história da catalogação, os métodos de leitura técnica do livro, os tipos de catálogos e fichários, regras de ortografia, pontuação e alfabetação e o estudo comparado dos catálogos sistemáticos e dicionários; e como parte prática a cor das fichas, técnicas e fichamento, tipos de ficha remissiva, topográficas, analíticas e de série e as regras de alfabetação e arranjo dos catálogos</i>	1940
Curso Fundamental de Biblioteconomia da BN	Catálogo ensinada em companhia da Classificação: <i>compreendia o estudo e a aplicação dos mais utilizados sistemas de classificação bibliográficas e das normas de catalogação para referências bibliográficas e para a organização de catálogos de livros e periódicos. Ainda noções de catalogação e classificação de partituras, cartas geográficas, estampas e outros materiais</i>	1944
Curso Superior de Biblioteconomia da BN	Catálogo ensinada em companhia da Classificação como disciplina obrigatória: <i>compreendia o estudo comparativo entre os principais sistemas de classificação do conhecimento humano e da aplicação em bibliotecas. Noções de Paleografia e Catalogação de manuscritos, livros raros e preciosos como disciplina optativa.</i>	1944
Cursos Avulsos de Biblioteconomia da BN	Conteúdo não especificado	1944
Biblioteca Nacional	O ensino passou a ser em três anos: <i>Introdução à Catalogação e Classificação</i> no primeiro ano, com os mesmos conteúdos do Curso Fundamental de 1944; <i>Catálogo e Classificação</i> no segundo ano, absorvendo grande parte do conteúdo do Curso Fundamental; e <i>Catálogo Especializada</i> no terceiro ano voltada <i>para a organização e tratamento de materiais não-bibliográficos</i>	1962
Primeiro Currículo Mínimo	Catálogo acompanhada da Classificação	1962
Segundo Currículo Mínimo	Não especificado	1982
Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia	Não especificado	2001

Quadro 1 – A Catalogação na trajetória do ensino de Biblioteconomia no Brasil
 Fonte: Compilação baseada em: Castro (2000), Oliveira, Carvalho e Souza (2009) e Mueller (1985)

O quadro 2 apresenta o ementário das disciplinas desta área nos cursos de Biblioteconomia das universidades federais no Brasil – exceto o da UNIRIO a ser tratado especificamente nas próximas seções – a partir de lista recuperada pelo site do Sistema e-MEC (<http://emec.mec.gov.br/>) e do acesso ao site das escolas de Biblioteconomia dessas universidades. Este quadro revela o panorama atual do ensino de Representação Descritiva no Brasil.

UNIVERSIDADE	CARGA HORÁRIA	DISCIPLINA	EMENTA
UFMT	-	Catálogo ⁴	Catálogo: conceito, objetivos, evolução histórica, panorama atual, sistemas informatizados. Catálogo e controle bibliográfico universal. O documento e sua representação. Registros catalográficos: terminologia e campos. Instrumentos e aplicação de normas vigentes da catalogação descritiva e de escolha e formas de entrada. O Código de Catálogo Anglo-Americano, 2.ed. revista (CCAA/AACR2).
UFAM	60	Representação Descritiva de Publicações I ⁵	-
	60	Representação Descritiva de Publicações II	-
UFSCAR	-	Catálogo I	Teoria da representação bibliográfica. Princípios internacionais de catalogação. Requisitos funcionais para registros bibliográficos. Regras internacionais para a descrição bibliográfica: ISBDs e AACR. Catálogo e catálogos em linha. Pontos de acesso ao registro bibliográfico e remissivas.
	-	Catálogo II	Registros bibliográficos de livros, folhetos, materiais cartográficos, manuscritos, música, gravação de som, filmes cinematográficos e gravações de vídeo, materiais gráficos, artefatos tridimensionais e realia, recursos eletrônicos, microformas, recursos contínuos e analíticos.
	-	Catálogo III	Formatos internacionalmente conhecidos para a representação bibliográfica. Formato MARC21 Bibliográfico, Autoridade, Comunidade, Coleção e Classificação. Formato MARC21 Bibliográfico. Dublin Core.

⁴ Aparece ligada como pré-requisito à disciplina de Controle Bibliográfico.

⁵ Aparece ligada como pré-requisito à disciplina de Controle Bibliográfico.

FURG	45	Fundamentos de Representação Descritiva	Fundamentos da representação descritiva. A representação bibliográfica em relação ao usuário. A representação e a tecnologia. A representação na Internet. Os catálogos: definições e funções. Breve histórico da Catalogação. Catalogação cooperativa. Catalogação na fonte. Os códigos de catalogação: CCAA2. A prática da catalogação e suas etapas. Leitura técnica dos itens.
	45	Representação Descritiva I	Estrutura da descrição. Sistemas de pontuação. Níveis da descrição. Fontes de informação para catalogação. Regras básicas de catalogação descritiva para todos os tipos de materiais. Os pontos de acesso: autores pessoais, entidades. Nomes geográficos e títulos uniformes.
	45	Representação Descritiva II	O código de catalogação Anglo-Americano (CCAA2). A representação e as áreas da descrição para recursos eletrônicos, contínuos e multimídia.
USP ⁶	75	Representação Descritiva I	Tipologia documental: características, estrutura e definição. Catálogos e fichários: apresentação do material, organização e estrutura, tipos de catálogos. Controle Bibliográfico Universal. A conferência de Paris e os princípios descritivos. ISBD. Descrição bibliográfica. Código AACR2: Histórico, descrição, entradas principais e secundárias, níveis de descrição, capítulos. Outros códigos de descrição bibliográfica.
	75	Representação Descritiva II	-
UFMA	60	Representação Descritiva I	Catalogação: conceitos, objetivos e histórico. Estudo do Anglo-American Cataloguing Rules, 2ª edição. (AACR2). Descrição e determinação das entradas principal e secundárias de livros, folhetos e folhas soltas impressas. Catálogos: elaboração.
	60	Representação Descritiva II	Descrição e determinação das entradas de materiais especiais e eletrônico. Catalogação cooperativa e centralizada.
UFPA	-	Representação Descritiva da Informação I	Objetivos da Representação Descritiva de Documentos. Etapas da Catalogação e Padrões Internacionais. Representação de documentos: leitura técnica, normas e organização da descrição bibliográfica. Manuseio e aplicação do Código de Catalogação Anglo-Americano: regras gerais e especiais; identificação/ determinação dos pontos de acesso. Catálogos de Bibliotecas e de Centros de Documentação: conceitos, funções e tipos.

⁶ Dados das ementas retirados do programa das disciplinas.

	-	Representação Descritiva da Informação II	Cabeçalhos para pessoas e entidades; Legislação; Controle bibliográfico universal; Formatos de intercâmbio: IBICT, CALCO, MARC, UNISIST etc.; Redes de catalogação cooperativa; Sistemas automatizados de catalogação. On-line Public Access Catalogs – OPACs (Catálogo on-line): histórico, principais recursos, estrutura; Metadados; Dublin Core; Arquivos abertos; Conversão retrospectiva.
	-	Representação Descritiva da Informação III	Multimeios: definição, tipos e características. Processamento e organização de multimeios. Aplicação de normas vigentes da catalogação descritiva e de escolha e formas de entrada. O Código de Catalogação Anglo-Americano, 2.ed. Revista (CCAA/AACR2).
UFRN	90	Representação Descritiva I	-
	90	Representação Descritiva II	-
UFES	-	Representação Descritiva I	Representação descritiva: catalogação e referência bibliográfica de monografias e periódicos. Controle bibliográfico universal (CBU). Catálogos de bibliotecas. Sistemas automatizados de catalogação.
	-	Representação Descritiva II	Multimeios: seleção e aquisição, processamento, armazenagem e empréstimo.
UFAL	60	Representação Descritiva I	-
	60	Representação Descritiva II	Apresenta as redes bibliográficas nacionais e internacionais, a catalogação copiada, as redes de cooperação e os formatos de intercâmbio. Aplica a descrição de diferentes suportes utilizando a estrutura de um formato de intercâmbio.
UFPB	60	Representação Descritiva da Informação I	Processamento dos diversos tipos de materiais bibliográficos. Catálogos: conceituações e funções. Códigos de catalogação. Sistemas automatizados de catalogação. Descrição física, organização, tratamento e conservação de materiais especiais.

	60	Representação Descritiva da Informação II	Processamento dos diversos tipos de materiais bibliográficos. Catálogos: conceituações e funções. Códigos de catalogação. Sistemas automatizados de catalogação. Descrição física, organização, tratamento e conservação de materiais especiais.
UFPE	60	Representação Descritiva 1	AACR2: histórico, princípios para descrição, escolha e formulação de entradas principais e secundárias. Catálogos e sistemas automatizados de catalogação.
	60	Representação Descritiva 2	Materiais especiais: definição, tipologia e terminologia. AACR2: áreas e elementos. pontos de acesso principal e secundário. catálogos e sistemas automatizados de catalogação.
UFRGS	60	Fundamentos de Organização da Informação	Representação descritiva (histórico, teoria, conceito, princípios, padrões). Representação temática (histórico, teoria, conceito, princípios, teoria facetada, teoria do conceito, padrões). Metodologia de Análise temática (leitura técnica, normas e procedimentos). Produtos da representação da informação (índices, resumos, catálogos, bibliografias, mapas conceituais).
	60	Representação Descritiva I	Conceitos, princípios, etapas, padrões da representação descritiva dos registros informacionais. Prática de representação descritiva: descrição e pontos de acesso de responsabilidade pessoal; dados de localização.
	60	Representação Descritiva II	Princípios e práticas de representação descritiva: descrição e pontos de acesso de responsabilidade coletiva; pontos de acesso para títulos. Formatos de intercâmbio.
	45	Representação Descritiva C ⁷	Sistemas de catálogos manuais e informatizados. Formatos de intercâmbio. Políticas para tratamento da informação.
UFC	64	Representação Descritiva da Informação I	Aspectos históricos e teóricos da representação descritiva para o uso correto das formas e aplicações das normas do AACR2. Aplicação do formato MARC e Dublin Core para representação descritiva em meios eletrônico.
	64	Representação Descritiva da Informação II	Compreensão dos aspectos descritivos dos diversos suportes informacionais, pontos de acesso e organização desses materiais, recursos contínuos e outros multimeios a fim de facilitar intercâmbio internacional do registro documental.
UFG	-	Representação Descritiva I	Evolução e teorias da representação descritiva. Tipologia dos documentos. Leitura técnica do documento. Catálogos de biblioteca conceituação, funções, tipos, fluxos de catalogação. Formas de entradas autores, entidades coletivas, nomes geográficos e títulos uniformes. Listas de cabeçalhos de assunto.

⁷ Disciplina eletiva/facultativa.

	-	Representação Descritiva II	Origem e evolução dos códigos de catalogação. Aspectos teóricos da representação descritiva. Padrões e normas da representação descritiva. Catalogação e Controle Bibliográfico Universal. Formatos para automação da catalogação.
UFSC	72	Catalogação I	Trata da evolução e das teorias da catalogação e dos códigos, dos programas de catalogação e dos padrões e formatos de descrição para intercâmbio (MARC, IBICT, CCF, UNISIST, XML e outros). Aborda os catálogos e a representação descritiva dos diferentes suportes da informação.
	108	Catalogação II	Teoria e prática de cabeçalhos, pontos de acesso e títulos uniformes nos diferentes suportes de informação.
UNIR	-	-	-
UFS	60	Representação Descritiva I	Estudo e prática do código de catalogação – AACR2.
	60	Representação Descritiva II	Estudo e prática do código de catalogação – outras linguagens.
	60	Formato de intercâmbio MARC21 ⁸	Estruturas automatizadas de descrição bibliográfica, metadados, padrões de metadados. Automação de unidades de informação.
UFF	60	Normas e Padrões de Tratamento e Recuperação da Informação	Princípios de catalogística; apresentação histórica e conceitual das normas e padrões de descrição utilizados no tratamento e na recuperação da informação; metadados.
	60	Laboratório de Representação Descritiva de Documentos	Estudo aplicado da análise e uso de padrões e formatos bibliográficos para o tratamento descritivo de documentos.
UFBA	102	Catalogação I Publicações	Catalogação: conceituação, histórico e objetivos. Estudo dos pontos de acesso de publicações monográficas e seriadas. Descrição bibliográfica ISBD(M) e ISBS(S). Elaboração de fichas catalográficas para os catálogos topográfico e dicionário. Controle bibliográfico universal e seus padrões. Sistemas computadorizados e formatação.
	68	Catalogação II Materiais Especiais	Estudo dos vários formatos de ISBD apropriados a cada tipo de material. Elaboração de fichas para o catálogo sistemático. Catalogação cooperativa, centralizada e na fonte.
UFRJ	45	Representação Descritiva I	Princípios de Catalogação. Conceitos de autoria e entrada principal. Catálogos: funções, tipos e formas. Controle bibliográfico universal. Códigos de catalogação. Padrões internacionais de descrição bibliográfica. Entradas secundárias. Tabelas de notação de autor.

⁸ Disciplina optativa.

	60	Representação Descritiva II	Identificação e catalogação dos diferentes tipos de materiais e suportes. Catalogação cooperativa e sua evolução. Formatos de intercâmbio e suas estruturas. Redes de informação. Catálogos em linha. Conversão retrospectiva de registros catalográficos (importação e exportação de dados).
UFMG	-	-	-

Quadro 2 – Ementas e conteúdos de Representação Descritiva

Fonte: Elaboração própria, baseada nas informações dos sites de cada universidade (jul. 2013)

Ao comparar os quadros 1 e 2, observa-se que a estrutura de ensino de Representação Descritiva permanece basicamente o mesmo núcleo, porém as técnicas sofreram alterações, novos códigos foram criados e outros instrumentos para a representação, assim como novos suportes de informação. O ensino é calcado nas técnicas e em conteúdos como o histórico da Catalogação e os tipos de catálogos, que permanecem até os dias atuais. Após este breve histórico geral, será apresentado o ensino da UNIRIO, foco deste trabalho.

2.2 O ENSINO DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA UNIRIO

A Escola de Biblioteconomia da UNIRIO tem início no primeiro curso de Biblioteconomia criado na Biblioteca Nacional (BN) em 1911, que passou a pertencer à Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), criada num contexto de reforma universitária realizada pelo governo militar de 1968 que agregava escolas de importantes instituições de ensino superior até então isoladas das Universidades, em 2003 passou a se chamar Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Com a mudança do currículo mínimo de 1982 proveniente do CFE/MEC, houve, por consequência, a implementação de um novo currículo pleno em 1986 para o então denominado Curso de Biblioteconomia e Documentação da UNIRIO. Neste currículo estavam presentes as seguintes disciplinas da área de Representação Descritiva: Introdução à Catalogação, Catalogação I, II e III com as seguintes cargas horárias, respectivamente: 45, 90, 60 e 75 horas, um total de 270 horas de disciplinas obrigatórias (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010).

Em 2010, a partir das exigências das DCN, a Escola de Biblioteconomia da UNIRIO, por meio da Comissão de Revisão Curricular, formulou um novo currículo,

no qual as disciplinas de Representação Descritiva (RD) passaram a ser: disciplinas obrigatórias: Representação Descritiva I, II e III; disciplinas optativas Representação Descritiva IV, V e Tópicos Especiais em RD. A carga horária total de disciplinas obrigatórias é de 180 horas, porém o foco dessas disciplinas está apenas na representação de livros e monografias impressas. As disciplinas do currículo vigente possuem as seguintes ementas:

<p><i>Representação Descritiva I</i> (disciplina obrigatória) - A história dos catálogos e da catalogação. Estudo dos tipos, formatos e funções do catálogo. Apresentação da representação descritiva nos formatos manual e automatizado. Estudo dos princípios, dos códigos de catalogação e apresentação da estrutura do código de catalogação vigente.</p>
<p><i>Representação Descritiva II</i> (disciplina obrigatória) - Detalhamento do código de catalogação vigente, partindo da análise e aplicação das regras gerais de descrição com foco na descrição de livros e folhetos, assim como os pontos de acesso e a construção de cabeçalhos para pessoas e entidades. Aborda também as regras referentes às remissivas.</p>
<p><i>Representação Descritiva III</i> (disciplina obrigatória) - Detalhamento do código de catalogação vigente, partindo da análise e aplicação das regras gerais de descrição com foco na descrição de livros e folhetos, assim como os pontos de acesso e a construção de cabeçalhos para entidades e títulos uniformes, e a análise das partes de um documento.</p>
<p><i>Representação Descritiva IV</i> (disciplina optativa) - Elaborar registros e análise de documentos bibliográficos não-livro: recursos eletrônicos, periódicos e gravações de som.</p>
<p><i>Representação Descritiva V</i> (disciplina optativa) - Elaborar registros e análise de documentos bibliográficos não-livro: material cartográfico, materiais gráficos, filmes e gravações de vídeo.</p>
<p><i>Tópicos Especiais em Representação Descritiva</i> (disciplina optativa) - Estudo das tendências em representação descritiva: novas abordagens e aplicações.</p>

Quadro 3 – Ementário do currículo atual do Curso de Biblioteconomia da UNIRIO
Fonte: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010)

Acredita-se que as mudanças curriculares são importantes para equilibrar a necessidade da formação com as demandas sociais, científicas e profissionais, por isso o acompanhamento das mudanças curriculares se faz necessário. Neste contexto de formação, ensino e atuação profissional é importante verificar também junto aos alunos a sua compreensão sobre o conteúdo ministrado, estabelecendo uma relação entre o aprendizado na Universidade e a futura atuação profissional do aluno, para tal foi elaborada esta pesquisa, cujos resultados seguem nas seções seguintes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Além da revisão bibliográfica que forneceu o quadro teórico que identificou o estado atual do tema aqui abordado, utilizou-se um questionário para detectar a

visão dos alunos sobre o ensino da Representação Descritiva no curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UNIRIO. Segundo Marconi e Lakatos, o questionário

é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante [...]; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 184).

As autoras acima citadas alertam sobre as vantagens e desvantagens dos questionários. Embora existam desvantagens, acredita-se que esta tenha sido a melhor técnica para a realização desta pesquisa.

Primeiramente foi realizado um questionário teste enviado por e-mail a 30 alunos matriculados na disciplina Representação Descritiva II do primeiro semestre de 2012, do qual se obteve a resposta de 10 alunos (33%) em 16 dias. Após este teste, algumas questões foram reformuladas para a aplicação definitiva do questionário, para tal foi disponibilizado um link para o questionário em uma rede social online, em uma comunidade do Curso de Biblioteconomia e também enviado a alguns alunos por e-mail. Estabeleceu-se o período de 10 dias para que os alunos pudessem respondê-lo. Alcançou-se um total de 86 respostas, aproximadamente 9% do total de alunos.

Ambos os questionários tiveram como população-alvo os alunos do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UNIRIO. As amostras coletadas foram do tipo não probabilística ou de conveniência, e os questionários foram formatados na ferramenta *Google Forms* (do *Google Docs*) que disponibiliza um link de acesso⁹ e já tabula automaticamente todas as respostas. As questões foram em sua maioria fechadas e de natureza qualitativa e, além de analisar a percepção dos alunos frente ao novo conteúdo de Representação Descritiva, também teve por objetivo analisar o perfil dos estudantes do Curso.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base na coleta de dados, a maioria dos alunos realizou alguma atuação profissional, 77% dos que responderam o questionário. Isso revela que os alunos

⁹ Link para o questionário definitivo: <<https://docs.google.com/forms/d/1lhShPuO-E7ZmE5vSUnUHSJvtzm8pqSN2b6Blolrzdso/viewform>>.

estão em contato direto com o meio profissional e sua observação em relação ao ensino não será pautada apenas em sua vida acadêmica.

A maioria dos alunos que responderam o questionário (54%) ingressou na universidade com o currículo atual vigente, por isso, eles não puderam optar por permanecer no currículo antigo e não perceberam que houve uma redução na carga horária e alteração nas ementas das disciplinas.

Entretanto, ao serem informados através das perguntas do questionário, 84% demonstraram não concordar com o atual foco das disciplinas obrigatórias, que priorizam o ensino de representação de livros e monografias impressas.

Em relação à carga horária das disciplinas obrigatórias, 27% acreditam ser suficiente; 33% não sabem e 41% não acreditam ser suficientes. A carga horária das disciplinas obrigatórias pode ser expandida através das disciplinas optativas. De acordo com o currículo, cada aluno deve cursar no mínimo 3 disciplinas optativas, que muitas vezes são preenchidas/cursadas com base na oferta de disciplinas e não necessariamente por opção do aluno. Embora constatem que as disciplinas obrigatórias não serão suficientes para o ensino desta área, 38% não decidiram se cursarão alguma das disciplinas optativas de RD e 35% não pretende cursá-las. Ou seja, mesmo com esta percepção de que as disciplinas obrigatórias abordam apenas as monografias impressas e livros, muitos alunos estão indecisos se cursarão as disciplinas optativas desta área.

A maioria (57%) acredita que todos os tipos de materiais (livros e/ou folhetos impressos, manuscritos, periódicos, materiais gráficos, gravações de som e vídeo, materiais cartográficos, partituras, microformas, recursos eletrônicos e objetos tridimensionais) devam estar presentes em disciplinas obrigatórias de RD. Este fato revela que os alunos percebem que os acervos das bibliotecas não são compostos apenas por livros, por isso eles acreditam que outros materiais deveriam ser incluídos como conteúdo de disciplinas obrigatórias.

Uma constatação surpreendente foi que 81% afirmaram que não consideram o aprendizado adquirido na Universidade suficiente para catalogar materiais diversos em sua futura atuação profissional.

Isso demonstra insatisfação dos alunos com a ementa das disciplinas e que as disciplinas precisam ser revistas. É necessário remodelar e atualizar as ementas de acordo com as demandas sociais e do mercado de trabalho. Atualmente, as

disciplinas obrigatórias de RD compõem cerca de 8% das disciplinas do curso. Seria necessário um estudo mais profundo para mapear todas as disciplinas e criar um quadro igualitário entre as disciplinas que são consideradas as de núcleo duro da Biblioteconomia.

Acredita-se que a revisão das ementas é necessária e que se deva incluir os diversos materiais que compõem um acervo aos conteúdos das disciplinas obrigatórias. Sabe-se que estes materiais diversificados serão introduzidos apenas genericamente, o aprofundamento deveria ser realizado nas disciplinas optativas. Também se julga necessário a criação de cursos de extensão e especialização em catalogação de materiais específicos, isso fortaleceria a área como um todo.

É claro que pautar em dados quantitativos (carga horária) nem sempre atenderão uma necessidade qualitativa. Neste contexto, também se incluem as diferenças regionais que devem estar refletidas no currículo de um curso, atribuindo suas características próprias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças curriculares são importantes para equilibrar a necessidade da formação com as demandas sociais, científicas e profissionais, por isso o acompanhamento das mudanças curriculares se faz necessário. As ementas que atendem às demandas hoje não atenderão às demandas de amanhã, por isso acompanhar as atividades discentes, docentes e profissionais se faz necessário.

A partir do exposto, propõe-se que para o ensino acompanhar a realidade das bibliotecas e centros de documentação e até mesmo a realidade do ensino nas demais instituições federais as ementas desta área deveriam ser remodeladas e atualizadas de acordo com as demandas sociais e do mercado de trabalho.

A pesquisa aqui apresentada focou na visão do aluno, acredita-se que as visões do professor e do profissional também devam ser consideradas em pesquisas futuras. O próximo passo seria uma proposta de ampla discussão com os professores que ministram disciplinas desta área para uma troca de experiências e um consenso sobre a carga horária mínima necessária para as disciplinas obrigatórias e o conteúdo que deveria ser ministrado. Também deveriam ser entrevistados os profissionais, tanto aqueles que orientam estágio quanto aqueles

não possuem contato com o meio acadêmico. Estudos que abarcam tanto alunos, como professores e profissionais fornecerão uma visão complexa sobre o ensino até a atuação profissional.

Assim, seria importante discutir o que é considerado “mínimo”, tanto quantitativamente como qualitativamente, em todos os níveis (aluno, professor e profissional) só assim, saberíamos quais serão os rumos da catalogação para os próximos anos.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, D. M. A catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário. *Informação e Informação*, Londrina, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1700/1451>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

BRASIL. Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 21 set. 2012.

CASTRO, C. *História da Biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MUELLER, S. P. M. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1452/1071>>. Acesso em: 13 set. 2012.

_____. Avaliação do estado da arte da formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 71-81, jan./jul. 1988. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1397/1023>>. Acesso em: 11 set. 2012.

OLIVEIRA, M.; CARVALHO, G. F.; SOUZA, G. T. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 13-24, set./dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/3754/3167>>. Acesso em: 13 set. 2012.

SANTOS, J. P. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 1-12, set. 1998. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/17/5035>>. Acesso em: 11 set. 2012.

SOUZA, F. das C. de. Educação bibliotecária, pesquisa em educação bibliotecária e novas DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) do curso de Biblioteconomia no Brasil. *Informação & Sociedade*, v. 12, n. 2, 12 p., 2002. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/149/143>>. Acesso em: 22 set. 2012.

SOUZA, T. B. de. *O ensino de Representação Descritiva nos cursos da área de Ciência da Informação no Brasil e em Portugal: estudo comparativo*. 2009. v. 1. Tese (Doutorado em Ciências Documentais) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Escola de Biblioteconomia. Projeto pedagógico do curso de bacharelado em Biblioteconomia. 2010. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cch/eb/bacharelado/Projeto-Politico-Pedagogico-Bacharelado.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2012.

WEITZEL, S. da R. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. *Anais...* [João Pessoa], 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/15731/1/weitzel_enancib_2009.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2012.